

Formação Docente: o Caminho da Inclusão

Amanda Rodrigues Tavares Modzinski¹ (IC) amje.rt@gmail.com; Marlene Barbosa de Freitas Reis²

Av. Araguaia N° 400 Bairro, Vila Lucimar, Cep- 75400-000. Inhumas-GO UEG campus Inhumas.

Resumo: O presente artigo apresenta reflexões a respeito da formação continuada e permanente de professores no que diz respeito ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, apresentando como eixo norteador as práticas voltadas para a valorização e acolhimento da diversidade no ambiente escolar. Ressalta ainda a importância do professor como agente fundamental nesse processo e aponta a relevância do trabalho colaborativo para a efetivação da aprendizagem escolar. Esse estudo vincula-se ao projeto “Os reflexos das políticas de diversidade e inclusão social na rede regular do ensino fundamental” que encontra-se em desenvolvimento na Universidade Estadual de Goiás. O objetivo desse estudo consiste na análise da formação dos professores da rede regular de ensino público a fim de verificar o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para a inclusão e a diversidade do contexto escolar. Quanto à metodologia adotou-se a abordagem qualitativa baseada em levantamento bibliográfico sobre a temática. A partir dessa perspectiva foi realizada uma pesquisa empírica, de cunho documental, com dados coletados na secretaria de educação e nas escolas regulares do município de Inhumas. Como resultado do projeto de pesquisa citado anteriormente, esse artigo, apresenta alguns resultados advindos de estudos teóricos e empíricos realizados até o momento. Com relação aos estudos teóricos, foram escolhidos autores de destaque na temática da inclusão, são eles: Mantoan (2015), Reis (2013), Lüdke (1986), González (2002), Goffredo (1999), Carneiro (2007), Braun e Marin (2016), Carvalho (2005), Prado e Freire, (2001) e Pimenta (1999), enquanto que a pesquisa empírica foi constituída de entrevistas semiestruturadas com professoras e coordenadoras das instituições pesquisadas.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Formação de professores. Trabalho colaborativo.

Introdução

Quando se fala em inclusão no contexto escolar um dos muitos desafios é a capacitação docente, que frente à diversidade do ambiente escolar necessita de uma formação que ultrapasse a base comum. Essa formação se faz necessária para que o professor se aproprie do conhecimento e utilize das técnicas, códigos, sinais e infinitudes de recursos disponíveis que auxiliam no processo de inclusão. A formação de professores deve evidenciar a relação que se estabelece com as pessoas. Segundo Gonzáles (2002, p. 251), “o certo é que não só os alunos são

diferentes, mas também os professores – e ser diferente é uma característica humana e comum, não um atributo (negativo) de alguns”.

A inclusão na escola não se dirige apenas aos “diferentes” que apresentam limitações físicas e/ou intelectuais, mas a todos os alunos, sem nenhuma distinção. Por isso, é fundamental conhecer e refletir sobre a formação docente com vistas ao respeito a diversidade. Sabe-se que os fundamentos teóricos acerca da inclusão escolar centralizam-se em uma concepção de educação de qualidade de modo que evidencie o respeito à diversidade. A orientação inclusiva implica em um ensino que considere as diferenças e as necessidades individuais o que reforça a importância da preparação dos profissionais da educação, incluindo o professor de classe regular.

Partindo da premissa que a educação deve ser inclusiva e atender a todos em suas especificidades, surge o seguinte questionamento: como os professores têm sido capacitados para a articulação do ensino tendo em vista a diversidade e a inclusão? A fim de desvendar os desafios relativos a essa questão o estudo vinculado ao projeto “Os reflexos das políticas de diversidade e inclusão social na rede regular do ensino fundamental”, da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Inhumas, traz apontamentos relativos a formação docente com foco na inclusão escolar. Trata-se de um trabalho que apresenta como eixo norteador a discussão dos reflexos das políticas públicas para a diversidade no ambiente escolar, destacando a importância do professor como um agente fundamental do processo de inclusão escolar.

A pesquisa teve início em 2016, com o levantamento bibliográfico da temática em questão. Foi realizada a revisão bibliográfica dos estudos de autores da área, entre eles: Mantoan (2015), Reis (2013), Lüdke (1986), González (2002), Carneiro (2007) e Carvalho (2005). A revisão bibliográfica foi realizada por meio de grupos de estudos sistematizados, semanalmente, envolvendo a problemática das políticas públicas de formação de professores para a inclusão no Brasil, destacando seu desenvolvimento na visão de autores que tratam do tema.

Posteriormente foi realizada uma pesquisa empírica, de cunho documental, com dados coletados na legislação brasileira. Nessa fase da pesquisa foram coletados dados na Secretaria de Educação do município de Inhumas sobre as políticas inclusivas, número de escolas que possuem sala de recursos multifuncionais e a percepção dos professores a respeito da educação especial,

buscando conhecer se as escolas da rede estão aptas para receber o aluno especial e quais as recomendações do município para essas escolas. Para a coleta dos dados citados utilizou-se entrevistas semiestruturadas.

A partir do levantamento de dados verificou-se que, das 16 (dezesesseis) escolas do município de Inhumas, apenas 5 (cinco) possuem sala de recursos multifuncionais. Na pesquisa realizada nessas 5 (cinco) escolas, as entrevistas foram norteadas por questões prévias semiestruturadas. Foram entrevistadas as professoras e coordenadoras pedagógicas de cada escola. Nesses momentos, o aporte teórico construído pela pesquisa e revisão bibliográfica permitiu verificar a consonância das práticas institucionais, tendo em vista a inclusão, formação de professores e o respeito à diversidade.

Resultados e Discussão

A participação no programa de iniciação científica tem sido uma oportunidade para o desenvolvimento de várias dimensões que contribuem para a ampliação de habilidades e conhecimentos na área acadêmica, pessoal e profissional.

A partir disso, vem também despertando a consciência da importância da formação de professores de forma que esteja capacitado para a articulação de práticas inclusivas, salientando sempre que não são os únicos responsáveis pelo sucesso desse processo.

Além disso, a participação neste programa tem possibilitado o conhecimento sobre o exercício do pensar reflexivo exigido pelo ato de pesquisar, bem como no processo de elaboração de trabalhos acadêmicos, entre eles, artigos, resumos, pôsteres entre outros.

Esses resultados foram alcançados por meio de envolvimento e participação na Iniciação Científica, participação essa que se efetivou com a criação do grupo de estudo GEPEDI (Grupo de Estudo e Pesquisa em Diversidade e Inclusão), no início do mês de agosto de 2016. Desde então, temos nos reunido semanalmente para estudos, revisões e socialização de conhecimentos com o alvo de refletir sobre a importância da formação de professores para a inclusão.

Tivemos a oportunidade no mês de outubro de 2016 apresentar os resultados da pesquisa em evento científico proposto pela UFG, intitulado como VI

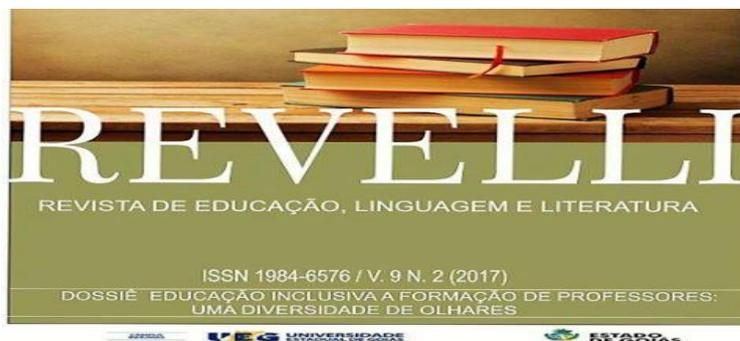
simpósio de educação inclusiva: educando na diversidade, com trabalho apresentado na forma de comunicação oral, publicado nos anais de eventos.

ANAIS VI SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: EDUCANDO NA DIVERSIDADE.
CEPAE/SINACE - UFG. Goiânia: UFG, 2016. 164p. ISSN 2525-7315

Além disso, juntamente com nossa orientadora e coordenadora do projeto, participamos da organização do evento regional e I SEEI, (Seminário de Educação Especial e Inclusiva) que ocorreu no campos UEG Inhumas, levantando como eixo norteador as praticas inclusivas e formação de professores, sendo de grande relevância para o campos, visto que o mesmo se ocupa da formação inicial de professores.



Outro ganho academico que tivemos foi a publicação de um artigo produzido pelo grupo, na revista REVELLI (Revista de Educação, Linguagem e Literatura) V.9, N.2 (2017) ISSN 1984-6576, com *qualis* B1 em ensino.



Fizemos em junho/2017 a apresentação dos resultados da pesquisa em evento promovido pela UEG campus Inhumas, onde foram apresentados o desenvolvimento pesquisa e os apontamentos observados.



De acordo com o proposto no cronograma, no início de agosto de 2016 realizamos a reunião com toda a equipe da pesquisa e fizemos a seleção com a supervisão da orientadora do material para o estudo. No mês de outubro foi realizado a pesquisa junto a secretaria de educação a fim de verificar as escolas que possuíam salas de recursos multifuncionais, e, deste modo, foi relacionado um total cinco escola municipais que possuem sala de recursos multifuncionais sendo unicamente uma do tipo 2.

A segunda etapa, que corresponde ao estudo empírico teve início no ano de 2016 e desenvolveu-se no primeiro semestre de 2017, com a pesquisa de campo de forma mais sistemática, buscando relacionar teorias, políticas públicas e prática.

Nessa fase da pesquisa foram coletados dados na Secretaria de Educação do município de Inhumas sobre as políticas inclusivas, número de escolas que possuem sala de recursos multifuncionais e a percepção dos professores a respeito da educação especial, buscando conhecer se as escolas da rede estão aptas para receber o aluno especial e quais as recomendações do município para essas escolas. Para a coleta dos dados citados utilizou-se entrevistas semiestruturadas.

A partir do levantamento de dados verificou-se que das 16 (dezesesseis) escolas do município, apenas 5 (cinco) possuem sala de recursos multifuncionais. Na pesquisa dessas 5 (cinco) escolas, as entrevistas foram norteadas por questões prévias semiestruturadas, sendo realizadas com as professoras e coordenadoras de cada escola. Nesses momentos o aporte teórico construído pela pesquisa e revisão bibliográfica permitiu verificar a consonância das práticas institucionais, tendo em vista a inclusão, formação de professores e respeito à diversidade.

Tendo em vista o pressuposto de que a formação do professor é ainda um dos desafios para a eficaz inclusão, questionamos a coordenadora 1, no que diz respeito a formação das professoras que acompanham as crianças juntamente com a professora regente dentro da sala regular da instituição. A fala da coordenadora expressa a carência de formação especializada para lidar com a inclusão na sala de aula regular.

Olha, as que estão conosco atualmente não tem, elas são estagiarias do município, e o que acontece, é que, quando elas têm alguma dificuldade, a *Geralda* ajuda, orienta, mas com relação a elas estarem formadas para a inclusão, não. Inclusive, tivemos uma aqui que queria desistir, mas a *Geralda* passou a acompanhar e ajudar, agora ela já está mais tranquila, mas no começo não foi fácil pra ela. (Coordenadora 1- Entrevista realizada 10/11/2007)

Deste modo, quando se tem em vista a diversidade do ambiente escolar, vale ressaltar que o professor é um agente fundamental no processo de inclusão. Sendo assim necessita ser provocado para as mudanças de modo que receba uma formação que seja constituída de reflexão crítica, para uma prática que vise a diversidade.

Para que a inclusão seja uma realidade nas práticas escolares e não apenas no campo do discurso, é necessário ainda a adaptação do ambiente escolar para acolher a todos os alunos. Mas, não apenas isso, uma vez que, para que os professores possam atuar de forma crítica e reflexiva é preciso garantir-lhes, entre outras condições, formação inicial, continuada e permanente com foco na diversidade.

Segundo Mantoan, (2003) a escola deve atender a todos em suas especificidades e particularidades, quando se fala todos é de fato todos, não se referindo apenas aqueles que possuem algum tipo de necessidade especial. Mas, a todos que por algum motivo específico estão à margem da sociedade. A autora ainda destaca que

a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sócio-cultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente (MANTOAN, 2003, p.53).

Pelo fato da escola ser um ambiente de possibilidades de aprendizagens, o professor é o agente mediador que compõe o contexto escolar, e por ter esse papel deve evidenciar em suas práticas a equidade, alteridade e discernimento. Como posto na fala da professora 4 quando indagada a respeito de sua compreensão a respeito da educação especial: “É fundamental para muitos alunos, eu particularmente me sinto vitoriosa ao ver as pequenas conquistas, que na verdade não são pequenas, pra eles, é grande” (PROFESSORA 4). Portanto, a escola deve ser um espaço que defende a cidadania e o viver dignamente permitindo a reflexão a respeito da perspectiva inclusiva ao mesmo tempo em que a coloca em prática.

Partindo das reflexões de Mittler (2003, p. 183), pressupõe-se que a exclusão começa no momento em que os docentes são tolhidos em seus direitos de conhecerem e serem capacitados para a inclusão. Para este autor, “ninguém pode ser excluído de ser capacitado para a inclusão. Todos têm algo a aprender sobre ela”.

As professora da escola 5 e 2, ao serem questionadas a respeito da importância da formação continuada e permanente, afirmaram ser fundamental a formação e colocou ainda que os cursos oferecidos pelo município não preenchem os subsídios necessários, constituindo-se como fundamental a busca contínua por parte do professor.

Ajuda muito, porque se não tivesse essa formação, talvez não teria condições de lidar com um aluno autista. Porque no momento, você sente vontade de largar tudo e sair correndo, mas você vê que a criança precisa da gente, precisa do amor da gente, aí você volta atrás. Eu tenho que acudir, porque a criança pede socorro. Se você não ser um subsidio para ela, ela não vai ter rendimento nenhum. (Professora 02 –Entrevista realizada em 05/04/2017)

Lógico, se não tivesse essa formação... Apesar de que só a formação que eles oferecem é muito pouca, se a gente não ler mais, não correr atrás e ler por contra própria é pouco. A formação que o município oferece pra gente é pouco, muito pouco, isso aí é igual faculdade tem que buscar fora, não adianta você pensar que o curso que eu faço lá de quatro horas é suficiente, não é, a gente tem sempre que estar capacitando, porque as crianças especiais, cada uma é diferente, uma realidade diferente da outra, tem que estar procurando meios diferentes, você vê lá o laudo, a deficiência que essa criança tem né, são todas diferentes, tem que saber como lidar, conhecer essa criança qual a dificuldade dela, é dislexia? Como que eu vou trabalhar a dislexia? O que é dislexia? O que essa criança já sabe? Por que eu não posso trabalhar com essa criança, e ficar só no que ela já sabe, eu tenho que ir além do que ela já sabe. A, ela saber ler, então eu vou ficar só lendo, lendo, lendo com ela? Então eu tenho que ir além, disso, e tem

que saber como, a formação é crucial. (Professora 5 - Entrevista realizada em 08/05/2017)

Os depoimentos das entrevistadas estão em consonância com Prado e Freire, ao pontuarem que:

cabe ao professor a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural (PRADO & FREIRE, 2001, p. 5)

Sendo assim, a postura do professor deve ser investigativa, criteriosa e permeada por observações, pois este deve atuar de acordo as singularidades que estão postas em sua realidade. Vale ainda ressaltar que a formação de professores não se resume a eventuais cursos de capacitação, tal formação implica em um processo contínuo e permanente, portanto é necessária decisão e perseverança, visando o resultado evidenciado em suas práticas.

Quando se pensa no processo de inclusão, a formação de professores não é o único fator a se pautar, outros aspectos como o trabalho colaborativo devem ser considerados. Nesse sentido, buscamos através da pesquisa tecer alguns apontamentos sobre essa questão. Pimenta (1999), afirma que o professor que trabalha sozinho tem uma visão limitada de sua prática, fazendo-se necessária a discussão coletiva de maneira colaborativa. Deste modo é imprescindível a combinação das habilidades e saberes de toda a equipe escolar envolvida no processo.

Nesta perspectiva Braun e Marin (2016) colocam o trabalho colaborativo como uma estratégia para que o ensino seja eficaz, sendo fundamentado na colaboração entre professores. Assim, essa forma de trabalho é fundamental para o desenvolvimento de atividades para os alunos da educação especial, de modo que o ensino não fique restrito ao ambiente especializado. O trabalho colaborativo foi citado pelas professoras, quando inquiridas a respeito de sua maior dificuldade dentro do contexto escolar.

A resistência do professor de apoio, tem muita resistência, eu de vez em quando meninas, dou pra elas textos que eu acho interessante pra elas lerem, não sei se elas leem, sabe? Pergunto, leram? Ainda não, então assim as vezes eu fico meio frustrada, sabe? Porque assim, não pesquisa, não tem interesse, eu pesquiso, tenho uma pastinha de textos que eu acho interessante sobre inclusão, já dei um monte pra elas... Umas falam que leu

outras que não, como que a gente força, então essa é minha maior dificuldade, será que fez pedagogia porque é mais fácil ou caiu aqui de paraquedas, então a minha dificuldade é a resistência do profissional em querer fazer algo novo. (Professora 5 - Entrevista realizada em 08/05/2017)

Sim, trabalhamos juntas. Por exemplo, vamos supor que estão trabalhando as famílias, eu vou vejo qual a família que ela está trabalhando, pesquiso uma atividade – atividade estimulativa. Supondo, é atividade de operações – professora levanta e mostra algumas atividades impressas que ela pesquisou e fez algumas alterações – então é como um reforço, trabalho cores, famílias, numerais, quantidades, colorir, etc. Eu quem busco essas atividades e formulo. E de acordo com a dificuldade de cada criança! Na sala regular é muito maçante e não dá tempo de trabalhar outras atividades, tem jogos, quebra – cabeça, brinquedos e eles amam vir para cá! (Professora 02- Entrevista realizada 05/04/2017)

Conforme as citações acima, percebemos que a afirmação da professora 5 manifestou a ausência do trabalho colaborativo na instituição 5, já a afirmação da professora 2 demonstrou a prática colaborativa que é essencial para a construção de uma comunidade escolar inclusiva. (DÍEZ, 2010).

Diante dos apontamentos realizados fica evidente que essa modalidade de trabalho se constitui como uma estratégia eficaz e significativa para a aprendizagem.

Para Braun e Marin (2016) “a configuração desta ação docente está atrelada a aspectos como: compreender e articular a flexibilização curricular; ter tempo para o planejamento comum entre os professores”. Sendo assim, a importância de um trabalho constituído de comunicação e colaboração de todos os envolvidos no processo, possibilita a partilha de saberes e ampliam as chances de sucesso da inclusão escolar.

Portanto, as reflexões e estudos propostos pelo projeto maior trazem impactos sociais e científicos, uma vez que pode proporcionar a construção de práticas que despertam para a realidade inclusiva do contexto escolar e social, visto que não parte do sujeito a adaptação, mas das instituições a reestruturação de suas dinâmicas para um atendimento satisfatório de cada educando.

Com o objetivo de despertar práticas voltadas para a realidade inclusiva, o projeto de pesquisa e esses resultados, continuaram a ser propagados através de apresentações em eventos científicos da UEG e outros de abrangência estadual regional e nacional. Uns dos eventos previstos para o segundo semestre/2017 é SELT (Seminário de Educação, Linguagem e Tecnologias)

Considerações Finais

A pesquisa buscou elucidar a temática da formação de professores com vistas a valorização da diversidade e inclusão escolar, almejando verificar em que medida a formação continuada e permanente contribui com a educação especial e seu público-alvo que deve ser compreendido como sujeito de direitos com suas peculiaridades entendidas e não apenas isso, devem ter respeitadas as suas diferenças. (RODRIGUEZ, 1993).

Para tanto na primeira etapa da pesquisa foi feito o levantamento teórico dos elementos que permeiam a importância da formação de professores, em seguida, iniciou-se uma investigação empírica buscando identificar se a formação docente está a serviço de práticas que visem à diversidade, contribuindo com o sucesso do processo educativo.

Mediante os dados obtidos com a pesquisa, foi possível evidenciar que a formação inicial não oferece os subsídios necessários para uma educação pautada na diversidade, pois no que se refere à temática da inclusão os estudos ainda são superficiais. Ademais, ficou nítido, que na maioria das instituições a professora do AEE é a única a participar de cursos de formação continuada, garantindo que suas práticas evidenciem a diversidade, entretanto notou-se que devido a essa realidade os demais profissionais como apoio, professora da sala regular e coordenadoras se ausentem da perspectiva inclusiva delegando essa responsabilidade apenas a professora da sala de Recursos Multifuncionais, o que evidencia mais um lapso, que é a ausência do trabalho colaborativo entre os agentes constituintes do processo.

Portanto, diante do exposto se dá a necessidade da quebra de paradigmas e de práticas institucionalizadas, pois trabalhar dentro da perspectiva inclusiva, é pensar na e para a heterogeneidade, abordar dinâmicas e métodos diversificados, com o objetivo de abarcar as diferenças e viabilizar possibilidades de apropriação e construção do conhecimento.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado o fôlego de vida, a minha orientadora Marlene Barbosa de Freitas Reis, por todos os momentos de orientação, dedicação, paciência e incentivo.

Presto meus agradecimentos ao programa de iniciação científica da Universidade Estadual de Goiás, pela oportunidade que a mim foi dada para a realização das pesquisas e inserção nesse meio, através do financiamento da bolsa, que me permitiram novas ferramentas para a construção do conhecimento científico e possibilitaram apreender informações que contribuíram para meu desenvolvimento acadêmico e profissional, além de despertar o interesse pelo campo da pesquisa.

Referências

BRAUN, Patricia; MARIN, Márcia. **Ensino colaborativo:** uma possibilidade do atendimento Educacional Especializado. Revista Linhas. Florianópolis, v. 17, n.35, p. 193-215, set./dez.2016.

CARNEIRO, Moaci Alves Carneiro. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns:** possibilidades e limitações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva:** do que estamos falando? Revista educação especial, num.26, 2005, p.1-7. Universidade Santa Maria. Santa Maria, Brasil.

DÍEZ. Anabel Moriña. **Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva.** In: Inclusão: Revista da Educação Especial, v. 5, nº 1. Brasília: Secretaria da Educação Especial, 2010

GOFFREDO, V. L. Flôr Sénéchal. Como formar professores para uma escola inclusiva? In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação especial:** tendências atuais. Brasília: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SEED, 1999.

GONZÁLEZ, J. A. T.. **Educação e diversidade:** bases didáticas e organizativas. trad. Rosa Ernani. Porto Alegre: ARTMED, 2002

LÜDKE, Menga; ANDRÉ Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? E como fazer? São Paulo: Summus,2015.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Porto alegre: Artmed, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez Editora, 1999.

PRADO, M. E. B. B.; FREIRE, F. M. P. A formação em serviço visando a reconstrução da prática educacional. In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A. (Orgs) **Aprendendo para a Vida: os Computadores na Sala de Aula.** São Paulo: Cortez, 2001.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Política pública, diversidade e formação docente: uma interface possível.** 2013. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento). Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.